



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE PRECEDENTES E CENTRO DE
INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GESTÃO 2024-2026

PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE PRECEDENTES E
DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

INFORMAÇÕES GERAIS:

Data: 30/01/2024

Hora: 9h

Local/Modalidade: Sala de Reuniões da Escola Judicial de Pernambuco

PRESENTES:

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Des. Mauro Alencar de Barros

Des. Ruy Trezena Patu Junior

Des. Silvio Neves Baptista Filho

Dra. Michelle Chagas

Dra. Iasmina Rocha

Dra. Priscila Patriota

Dulce Dias

Adriano Costa

Daniel Belo

Dr. Franklin Façanha

Dr. Robson Menezes

Talita Silveira – Secretária Cijuspe

PAUTA:

Discussão sobre TEA para elaboração de nota técnica.

DISCUSSÕES:

Iniciados os trabalhos, o Presidente da Comissão, Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, conduziu a reunião. Convidou todos os membros do cijuspe para compor a mesa. Informou sobre o trabalho que está sendo realizado referente às demandas predatórias. Na sequência, com a palavra de boas-vindas, o Des. Mauro Alencar informou ainda que se ausentará ao meio-dia. Foi dada a palavra a juíza Michelle Chagas que esclareceu sobre o impacto que as decisões judiciais podem causar nos planos de saúde e na sociedade como um todo. Por esta razão, nosso propósito é a proteção das pessoas com espectro autismo. Foram realizadas duas apresentações sobre o tema autismo pelos advogados, Dr. Franklin Façanha e Dr. Robson Menezes em que foram abordadas as dificuldades para cumprimento das decisões, gráficos com informações gerais, tipos de tratamento (quantidade de horas e a importância de cada terapia) e, especialmente, a necessidade do tratamento e sua continuidade. O Des. Silvio Neves apresentou os seguintes questionamentos: como os juízes devem fazer para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE PRECEDENTES E CENTRO DE
INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GESTÃO 2024-2026

identificar eventuais exageros? Considerando que há vários níveis do espectro, os laudos devem prescrever sempre o mesmo tratamento? Em caso de evolução, qual critério para o juiz saber e se há mudança na quantidade de horas semanais/mensais de tratamento. O Dr. Robson fez os devidos esclarecimentos sobre as questões abordadas. Ainda foram realizadas explanações pelo Dr. Adson Cordeiro, médico atuante em saúde mental, do Cremepe e do Crefito.

DELIBERAÇÕES:

- Realização de nova reunião para tratar exclusivamente sobre os dados e informações apresentados.